

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.324 - TO (2019/0017493-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**
ADVOGADOS : **JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(S) - TO000182A**
: **DARLAN GOMES DE AGUIAR - TO001625**
RECORRIDO : **ADA MARINHO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA E OUTRO(S) -**
: **TO004018**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por **MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**, em 18/01/2018, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Para as execuções contra a Fazenda Pública a regra geral é que o prazo prescricional de 05 (cinco) anos tem como termo a quo a data do trânsito em julgado da sentença condenatória, podendo ser interrompido uma única vez, passando então a correr pela metade (art. 3º do Decreto -Lei nº 4.597/42 e arts. 8º e 9º do Dec. 20.910/1932).

2. Ainda que se considerasse o prazo prescricional pela metade, a embargada teria dois anos e meio para ajuizar a respectiva execução a partir da data do último ato processual, ou seja, do termo de audiência realizado na data de 09/05/2013, e o fez antes do fim do alusivo prazo, no dia 08/09/2015.

MÉRITO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELO PAGAMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO.

3. É ônus do ente público provar a quitação do débito relativo a verbas salariais, por meio de documento hábil, o qual não foi apresentado pelo apelante. Não logrando provar o pagamento da dívida, ônus que lhe incumbia por determinação do art. 373, II, do CPC/2015, deve suportar o ônus da condenação.

VERBA HONORÁRIA FIXADA PELO JUÍZO DE ORIGEM. MANUTENÇÃO.

4. Não se vislumbra do valor fixado pelo juízo de origem (10% do valor da execução - R\$ 1.499,86), nenhuma ofensa aos postulados da razoabilidade e proporcionalidade, tendo respeitado os parâmetros preconizados no § 2º e incisos do art. 85 do CPC/2015, de sorte que forçoso manter-se a condenação dos honorários da forma em que fixada em sentença, pois em consonância com as peculiaridades da causa.

5. Apelação interposta pelo Município embargante conhecida e improvida.
6. Apelação interposta pela embargada conhecida e improvida" (fls. 179/180e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 3º do Decreto 4.597/42 e 202, V e VI, do Código Civil, sustentando o seguinte:

"Da contrariedade à lei federal

Contraria a lei quando se distancia da *mens legislatoris*, ou da finalidade que lhe inspirou o advento; e bem assim quando se interpreta mal e lhe desvirtua o conteúdo.

O Acórdão atacado violou lei federal, qual seja o artigo 3º do Decreto nº 4.597, vez que manteve a Sentença que julgou improcedentes os Embargos à Execução sem observar o que dispõe o Texto retro citado.

Nos embargos, d'onde se interpôs apelação, o recorrente alegou, preliminarmente, a existência de prescrição, comprovando que o exequente/ recorrido confessou que tomou ciência da sentença em 09/ 09/ 2010, tendo as partes renunciado ao prazo recursal. Portanto, o trânsito em julgado ocorrera nesta mesma data.

E ao contrário do que entendeu no Nobre Relator, com a devida vênia, o último ato processual foi justamente a sentença, e não o acordo firmado entre as partes, pois este poderia ocorrer até mesmo extrajudicialmente.

A execução embargada fora ajuizada em 08/09/2015, logo, há 05 (cinco) anos após a sentença e o respectivo trânsito em julgado.

Nos termos do inciso V e VI do artigo 202 do Código civil, e o disposto no artigo 3º do Decreto nº 4.597/1942, que assim diz:

(...)

No caso em tela, deve sim ser aplicado o que dispõe o Decreto nº 4.597/1942 (art. 39), o qual determina que, em caso de processos judiciais, a prescrição corre pela metade em razão da sentença nela proferida (último ato processual).

Ademais, o texto de lei é expresso em estabelecer que a consumação da prescrição no curso da lide se dará inclusive da sentença proferida no decorrer do prazo de dois anos e meio.

Logo, tendo decorrido entre a data do trânsito em julgado da sentença (09/09/2010) e o ato executório (08/09/2015), verifica-se a ocorrência da prescrição, devendo o feito ser extinto, com resolução do mérito, nos termos previstos no inciso II do artigo 487 do CPC.

Assim é o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior:

(...)

Diz o artigo 924 do CPC que a execução será extinta quando a obrigação for satisfeita (II) ou ocorrer a prescrição intercorrente (V). Não há dúvidas de que houve neste caso a prescrição intercorrente entre a data da sentença e do ato de execução.

A ação executiva é de 5 (cinco) anos contra a Fazenda Pública apenas quando não proveniente de sentença.

Se proveniente de sentença, há de se observar, como é o caso em apreço, que ocorreu a hipótese prevista no artigo 3º do Decreto nº 4.597/1942.

Veja-se que, nestes autos, deveria a sentença/ acórdão ter aplicado o que dispõe o Decreto nº 4.597/1942 (art. 39), o qual determina que, em caso de processos judiciais, a prescrição corre pela metade em razão da sentença nela proferida (último ato processual).

A sentença, e por consequência o Acórdão recorrido, inclusive, nesse ponto, são nulos, porque descumpriu o disposto 489, III, CPC, por ausência de fundamento, conforme dispõe os incisos I, II, IV e V do mesmo dispositivo.

Se entre a data da sentença e o ajuizamento da ação de execução decorreram, como é o caso dos autos, prazo superior ao previsto no artigo 3º do Decreto nº 4.597/ 1942, houve prescrição intercorrente e deve ser reconhecida, pondo resolução ao mérito, extinguindo-se o feito de origem" (fls. 204/210e).

Por fim, requer "a reforma do v. Acórdão recorrido na parte que mantém a parte da Sentença que não reconhece a prescrição prevista no Decreto nº 4.597/1942, devendo, por isso, ser o presente recurso provido, para que o feito originário seja extinto" (fl. 210e).

Contrarrazões a fls. 212/225e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 227/228e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução ajuizados pela parte ora recorrente, com o objetivo de obter o reconhecimento da prescrição da pretensão executiva.

Julgados improcedentes os Embargos, recorreu o Embargante, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

O Tribunal de origem dirimiu a controvérsia, no que interessa à espécie, com base nos seguintes fundamentos:

"No caso, ainda que se considerasse que o trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento - título judicial - se deu na

mesma data da homologação do acordo (ao argumento de que as partes renunciaram ao prazo recursal), em 09/09/2010, observo que não ocorreu o transcurso do lapso prescricional, na medida em que a execução foi manejada em 08/09/2015, isto é, dentro do prazo quinquenal.

Por outro lado, a questão a ser desvendada é se na situação restou operada a prescrição pela metade, após a causa interruptiva, inserta no Decreto-Lei nº 4.597/42.

Muito bem. A sentença homologatória ocorreu na data de 09/09/2010, entretanto, devido ao não cumprimento da decisão pelo Município de Itaguatins, em audiência realizada no dia 09/05/2013, ficou determinado que as execuções fossem individuais a serem promovidas pelos beneficiários (Evento 1, AUDIENCI7, autos nº 0000787-56.2015.827.2724).

Logo, entre a data do último ato processual que determinou a execução individual (09/05/2013), e a data do ajuizamento da ação de execução (08/09/2015), não houve o transcurso de dois anos e meio.

Assim, mesmo que se considerasse o prazo prescricional pela metade, a embargada teria dois anos e meio para ajuizar a respectiva execução a partir da data do último ato processual, ou seja, o termo de audiência realizado na data de 09/05/2013, e o fez em 08/09/2015, antes do fim do lapso prescricional.

A matéria, aliás, não enseja maiores delongas, tendo em vista que esta Corte de Justiça tem entendimento sedimentado a esse respeito, coadunando também com a posição assente do STJ. Confirmam-se os seguintes precedentes:

(...) (fls. 173/174e)

A alteração do entendimento exarado no acórdão combatido, como pretende a parte recorrente, demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

